

SUMÁRIO

Apresentação, 9

Cândido Rangel Dinamarco

Prefácio, 11

Modesto Carvalhosa

Prólogo, 15

Manoel Justino Bezerra Filho

Agradecimentos21

I

Primeira Parte

Introdução, 23

1. Justificativa para a escolha do tema24
2. Delimitação do objeto de estudo31
3. Economia e crédito: fases-históricas do direito concursal32
4. Necessidade de um novo modelo falimentar47
5. Natureza jurídica da falência60

II

Segunda Parte

Direito processual-falimentar constitucional, 71

6. Direito processual constitucional72
7. Devido processo legal – convergência: princípio e Garantia88



8. Bipartição entre o processual e o substancial	96
9. Devido processo legal processual	97
10. Devido processo legal substancial	99
11. Princípio da proporcionalidade	102
12. Direito falimentar constitucional	107
13. Fronteiras entre o direito e a economia	110
14. Alicerces teóricos do “law & economics”	114
14.1. Propriedade	117
14.2. Contratos	118
14.3. Custos de transação	120
15. Necessárias críticas à teoria do “law & economics”	120
16. Lei de recuperação e falências e suas influências no mercado	122
17. Princípio da preservação da empresa e da eficiência	125

III

Terceira Parte

Institutos fundamentais de direito processual civil aplicados ao processo falimentar, 133

18. Arbitragem em questões relacionadas ao processo falimentar	134
19. Competência	141
20. Condições da ação no processo falimentar	147
21. Possibilidade jurídica do pedido	151
22. Interesse processual	152
23. Legitimidade passiva	157
24. Legitimidade ativa	160
25. Administrador judicial.....	161
26. Responsabilidades do administrador judicial e sua remuneração	167
27. Juiz.....	170
28. Outros sujeitos e órgãos do processo falimentar.....	171
29. Petição inicial, mérito, valor da causa e processamento	173
30. Citação, defesa e instrução probatória	179
31. Sentenças do processo falimentar	188
32. Natureza jurídica das sentenças do processo falimentar	201



33. Honorários advocatícios e despesas processuais (custo do processo)	211
34. Recursos, coisa julgada e ação rescisória	224

IV

Quarta Parte

Ações incidentais falimentares, 235

35. Ação incidental e cognição	236
36. Habilitações e impugnações de crédito: Fase administrativa	241
37. Fase judicial da verificação de créditos	245
38. Ação incidental de habilitação de crédito	247
39. Requisitos da petição inicial.....	248
40. Processamento	252
41. Natureza do <i>decisum</i> , recurso cabível e coisa julgada	255
42. Custas, despesas processuais e honorários advocatícios	263
43. Ação incidental de impugnação de crédito	268
44. Ação de habilitação após a homologação do quadro geral de credores	274
45. Ação revisional de crédito (LRF, art. 19)	276
46. Ação de responsabilização (LRF, art. 82)	287
47. Ação de restituição (LRF, art. 85)	305
48. Embargos de terceiro na falência (LRF, art. 93 e CPC, art. 1.046 e ss.)	319
49. Ineficácia dos atos praticados pelo devedor	327
50. Ação declaratória de ineficácia (LRF, art. 129)	332
51. Ação revocatória falimentar (LRF, art. 130)	341
52. Ação penal falencial	347

V

Quinta Parte

Conclusões, 357

53. Conclusão	358
---------------------	-----

VI

Sexta Parte

Referências, 371

54. Bibliografia372